

**Coligação “Santa Catarina Para Todos”**  
**PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTA CATARINA**

**I - O Estado e a democracia**

O Estado mínimo é o no programa de Governo. Isso é diminuir gastos, mordomias e privilégios. E essa tarefa não será unilateral no poder Executivo, iremos fazer um pacto entre os três poderes para que haja diminuição drástica e relevante nos gastos. O Estado deve voltar para as mãos do povo catarinense, ou seja, esses recursos que serão economizados irão retornar ao povo catarinense em benfeitorias que o povo precisa.

Além do retorno ao povo em relação ao melhor direcionamento dos recursos que irão surgir do corte de gastos, esse programa de governo pretende diminuir taxas e impostos, para que incentivar o empreendedor catarinense. Queremos contribuir com a organização de um Estado democrático, justo e eficiente, que transforme as pessoas em sujeitos do processo político e fortaleça as instituições democráticas. Que o povo não seja apenas representado, mas participativo também.

Entendemos que o Estado mobilizador da sociedade é a melhor ferramenta de que se dispõe para superar o clientelismo, punir os abusos do poder econômico e do poder político, desfazer as amarras do patrimonialismo, dar transparência ao que se faz no governo, diminuir a burocracia, desobstruir e criar novos canais de participação em que a cidadania defina e controle as políticas públicas.

Nessa mesma perspectiva, é importante que se promova um novo federalismo, que fortaleça – com os recursos correspondentes e por meio de uma redistribuição da receita tributária – a autonomia de estados e municípios. Não pode continuar cabendo à União a maior parte dos recursos orçamentários, e aos demais entes, mais próximos da população, o maior conjunto de responsabilidades sem a correspondência de recursos.

É preciso inovar na gestão das políticas públicas. As políticas precisam ser formuladas e implementadas em uma perspectiva intersetorial e transversal, com a profissionalização e digitalização do serviço público. Nesse campo impõem-se ousar e conceber estratégias que tenham no planejamento, e no rigor na sua execução, o elemento integrador das políticas públicas que induzem ao desenvolvimento.

**II - Economia para o Desenvolvimento**

A perda de espaço da indústria e de dinamismo na economia, inclusive do ritmo de evolução dos indicadores sociais, é uma realidade que contrasta com o enorme potencial de uma sociedade criativa e com espírito trabalhador. Temos uma economia pujante, e uma grande disponibilidade de recursos naturais, que é dilapidada por outros interesses diversos da coletividade.

As ações do governo do estado devem ter como diretrizes a simplificação dos procedimentos, a redução das desigualdades sociais e a incorporação das inovações tecnológicas nos processos produtivos. Nossos ativos ambientais, constituídos por uma diversidade biológica, florestal e paisagística dos mais ricos do país, devem ser integrados à atividade econômica como recursos estratégicos e de uso responsável, superando a situação atual em que, na sanha pelo crescimento a qualquer preço, são tratados como entraves e ou obstáculos a serem removidos.

Propomos uma política industrial que amplie a densidade e a inovação tecnológica dos nossos produtos, inclusive da pauta de exportação, e aumente a produtividade geral, gerando empregos de maior qualidade e diminuam a dependência dos insumos importados.

É preciso valorizar as pequenas e médias empresas, que são responsáveis por parcela significativa do PIB, com grande contribuição para a geração de empregos. Como se fazem presentes em praticamente todos os segmentos econômicos, representam parte considerável da produção, fato que as implica na inserção em todas as políticas de governo e à qualificação de produtos e processos.

É essencial, ainda, incorporar novas tecnologias à nossa agropecuária, com ênfase na agricultura familiar, fundamental para as estratégias de enfrentamento da pobreza, geração de emprego e renda no campo. É possível dobrar a produção de alimentos sem reduzir a área de cobertura vegetal natural.

Na área urbana, é necessário criar incentivos para a economia solidária e criativa, para a economia do conhecimento e da inovação, consolidando-os como vetores imprescindíveis para o desenvolvimento científico, social e econômico do estado e potenciais geradores de emprego e renda.

É fundamental, também, reestruturar o turismo, de forma a fortalecer as articulações da atividade turística com a educação, com a cultura e com o meio ambiente, em nível local e regional, visando incrementar continuamente o fluxo de visitantes de outros países e o turismo interno.

Para que Santa Catarina possa materializar suas potencialidades econômicas e consolidar o processo de desenvolvimento, é imperioso investir pesadamente em infraestrutura e logística, orientadas por uma visão integrada e sustentável e não por uma lista de obras que não se articulam. Essa estratégia deve propiciar maior e melhor produção para atender os mercados nacional e internacional, absorção de novas demandas geradas pelo crescimento econômico, garantia de qualidade dos serviços de infraestrutura (rodoviários, ferroviários, portuários e aeroportuários) e menores impactos sobre o meio ambiente.

### **III - Educação, Cultura e Inovação**

Educação e Cultura devem ser concebidas como áreas articuladas, em constante diálogo com os temas e tecnologias do século XXI e com estímulo às inovações que respondam aos desafios contemporâneos. Essa articulação implica também o estabelecimento do desenvolvimento sustentável como eixo central, em um movimento entre passado, presente e futuro, que reconheça as tradições e os conhecimentos que fazem sentido no mundo atual.

O enfrentamento das desigualdades educacionais deve se orientar pela necessária refundação da educação pública de qualidade para todos. A escola e a universidade devem estar abertas aos saberes locais, à diversidade cultural da comunidade e do mundo, aos novos conhecimentos e pensamento científicos e à disseminação do valor social do trabalho.

Para alcançarmos uma Educação Básica, integral e de qualidade, precisamos de profissionais qualificados e com compromisso com a aprendizagem e a construção de uma nova sociedade. A formação inicial e continuada de professores, assim como o estabelecimento de planos de carreira e salários são políticas imprescindíveis para uma Santa Catarina melhor

#### **IV - Políticas Sociais e Qualidade de Vida**

As políticas sociais devem contribuir de modo decisivo para o combate das desigualdades, para a melhoria da distribuição da renda e da riqueza, para a ampliação da felicidade, da qualidade de vida e do bem-estar da população. Nesse sentido, é fundamental que se assegure o acesso universal a bens e serviços públicos. É dever do Estado garantir à população o acesso à saúde de qualidade, infraestrutura e saneamento, com acesso a todos os serviços públicos relevantes.

A Atenção Básica em Saúde deve ser efetivamente universalizada, constituindo-se na única porta de entrada dos serviços de saúde, exceto pelas emergências médicas. Este preceito requer um enorme esforço de organização dos serviços e aporte de recursos, inclusive no sentido de articular unidades de diferentes níveis de complexidade entre si. Defendemos o SUS 100% público, gratuito e de qualidade.

Como forma de promover melhorias nos serviços de saúde - e não apenas cuidar das doenças - deve-se inscrever a prática de esportes e atividades corporais como parte do conceito de assistência integral à saúde.

#### **V - Novo Urbanismo e o Pacto pela Qualidade de Vida**

Nossa coligação identifica na questão urbana um dos problemas mais expressivos que se apresenta em Santa Catarina.

As altas taxas de urbanização, obrigam os governos a desenvolver políticas que garantam qualidade de vida em ambientes urbanos que incorporem as conquistas civilizatórias da humanidade. Para que tal fruição seja possível é necessário atuar para desenvolver cidades que sejam saudáveis, democráticas, seguras e agradáveis.

Na questão urbana importa enfrentar o desafio da mobilidade, que requer integrar e articular a cidade territorialmente e, nesse contexto, pensar o modo como se darão a prestação dos serviços públicos e o acesso da população a todos os equipamentos existentes, inclusive aqueles destinados à cultura e ao lazer.

Tal integração deve eleger o transporte coletivo, com seus diferentes modais, como prioridade.

A sensação de insegurança generalizada, que é repercutida diariamente pelos meios de comunicação de massa, evidencia os limites atuais da política de segurança, que ainda não se tornou prioridade. Morrem de forma violenta inúmeros catarinenses.

Uma nova concepção de cidade deve priorizar este tema e orientar a articulação e integração das políticas públicas, com ênfase para transporte e mobilidade, habitação, saneamento ambiental, educação, saúde, esporte, cultura e lazer, no sentido de superar a segregação espacial.

O redesenho dos processos de trabalho e da forma de atuação das polícias deve ter como finalidade aumentar a eficiência de sua atuação; acelerar o processo penal e articular o Poder Executivo, a Magistratura, o Ministério Público e a Defensoria Pública para enfrentar os problemas de insegurança que afligem a população e eliminem a barbárie que atinge a população carcerária do país.

#### **VI – Desafios de Curto Prazo de um Estado Mínimo**

- Zelar pelo Estado Democrático de Direito;
- Promover a efetiva separação dos Poderes do Estado;
- Garantir a prestação integral, gratuita e de qualidade, dos serviços públicos de saúde, de educação e de assistência social;
- Incentivar o desenvolvimento da ciência, em setores de tecnologia de ponta, criando parque tecnológicos nas principais cidades do estado.
- Renegociação da dívida pública do Estado de Santa Catarina com a União, por meio de mudanças na legislação federal, que inviabiliza as finanças públicas estaduais.
- Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
- Promover e financiar as iniciativas culturais de relevância e excelência, para o desenvolvimento da cultura local e nacional.
- Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- Preservar as florestas, a fauna e a flora;
- Incentivar, fomentar e proteger a produção agropecuária e industrial local, diminuição de taxa e impostos;
- Promover programas de melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização;
- Potencializar o aproveitamento dos recursos hídricos e minerais do estado;
- Estabelecer uma política de segurança que assegure a paz social;
- Reformar o sistema tributário estadual;
- Desenvolver uma política urbanística que enfrente com coragem os problemas de mobilidade e de saneamento enfrentados pelas cidades;
- Reduzir o valor das custas dos serviços forenses;
- Fomentar o consumo e organizar o abastecimento familiar;
- Ampliar a assistência jurídica gratuita e a Defensoria pública;
- Proteger a infância e a juventude;
- Reorganizar os sistemas de remunerações e de carreiras dos servidores públicos estaduais, elevando os menores salários e limitando os maiores ao teto legal;
- Defender a revisão do pacto federativo, a redistribuição das competências entre a União, os Estados e os Municípios;
- Desconcentrar os investimentos estatais para as regiões que demandam maior atenção governamental.
- Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

JESSE PEREIRA – Governadora

DANNY CESAR GABRIEL JUMES – Vice-Governador